

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2025 – SEMAD/PMSL

REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA

O **MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA - ES**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Av. Prefeito Helio Rocha, nº 1.022, Centro, Santa Leopoldina - ES, inscrito no CGC/MF sob o nº 27.165.521/0001-55, neste ato representado por seu Exmº Prefeito Municipal, Sr. **FERNANDO CASTRO ROCHA**, brasileiro, convivente em união estável, agente político, inscrito no CPF (MF) sob o nº [REDACTED] e portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED]-SSP-ES, residente e domiciliado na Av. Presidente Vargas, 1476, Centro, Santa Leopoldina - ES, CEP: 29640-000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, junto à empresa **AÇOFLEX MÓVEIS DE AÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 57.393.564/0001-59, com sede à Rua Vereador Tito Waldemar Vieira, nº. 1930, Nova Barra, Barra de São Francisco/ES - CEP 29800-000, neste ato representado pelo Sr **DEMERCÍ GALIMBERTI**, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e portador da Carteira de Identidade nº. [REDACTED] expedida pela SSP/ES, residente e domiciliado na Rua Sebastião Cipriano, nº 715, Bairro Vila Vicente, Barra de São Francisco/ES, CEP: 29800-000, doravante denominada **CONTRATADA** institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 018/2025 – PMSL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**, processada nos termos do Processo Administrativo nº. **2025-N7F47**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inc. II, 78, IV, e 82 e 87 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decretos Municipais nsº 111 e 112, todos do ano de 2023, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

1.1. A presente ARP é integrada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, Secretaria Municipal de Administração, fazendo parte como participante da Ata o Fundo Municipal de Saúde de Santa Leopoldina.

2. REGISTROS FORMALIZADOS

2.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**, conforme abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNT	VALOR TOTAL
------	-----------	--------	------------------	--------------	-------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

03	CADEIRA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO COM ENCOSTO E ASSENTO FIXOS. DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DA CADEIRA: ALTURA TOTAL DA CADEIRA: 790 MM; LARGURA TOTAL DA CADEIRA: 480 MM; PROFUNDIDADE TOTAL DA CADEIRA: 488 MM; LARGURA DO ENCOSTO: 358 MM; PROFUNDIDADE DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO: 388MM; LARGURA DO ASSENTO: 400 MM; ALTURA DO ASSENTO: 445 MM, COM ESTRUTURA METÁLICA NA MESMA COR DO ASSENTO E ENCOSTO PRETO - ASSENTO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA.	99	GV3/ CF-15	R\$ 99,00	R\$ 9.801,00
05	CADEIRA SECRETÁRIA EXECUTIVA GIRATORIA: DIMENSÕES TOTAIS, MÍNIMAS DE: A 840 X L 650 X P 660 MM. ENCOSTO COM ESTRUTURA INTERNA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE: A 360 X L 380 MM. ESPUMA EXPANDIDA, COM NO MÍNIMO 40 MM DE ESPESSURA. CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, NA COR PRETA. ASSENTO INTERNO EM COMPENSADO COM 13 MM DE ESPESSURA MÉDIA. DIMENSÕES: P 430 X L 460 MM. ESPUMA INJETADA, ISENTA DE CFC, COM DENSIDADE MÍNIMA DE 45 KG/M ³ , COM 50 MM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO DO ASSENTO E ENCOSTO EM COURO ECOLÓGICO. CONTRA CAPA DO ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO, NA COR PRETA. MECANISMO COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO EM DIVERSAS POSIÇÕES, COM MOLAS PARA O RETORNO AUTOMÁTICO DO ENCOSTO, E AJUSTE AUTOMÁTICO NA FRENAGEM DO RECLINADOR E SUPORTE DO ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA, ATRAVÉS DE CATRACA, RECOBERTO POR CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO. APOIA BRAÇOS E CORPO DO BRAÇO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, NA COR PRETA, COM ESTRUTURA VERTICAL EM CHAPA DE AÇO ESTRUTURAL COM NO MÍNIMO 50 MM DE LARGURA E 6,00 MM DE ESPESSURA, REGULÁVEL NA ALTURA, COM POSSIBILIDADE DE AJUSTE HORIZONTAL POR PARAFUSOS.	40	GV3/ CG-07	R\$ 312,00	R\$ 12.480,00
06	CADEIRA EXECUTIVA FIXA - ESTRUTURA NA COR PRETA (NÃO GIRATÓRIA E COM BRAÇOS): DIMENSÕES TOTAIS, MÍNIMAS DE: A 900 X L 550 X P 585MM. ENCOSTO EM TELA PRETA 100% POLIÉSTER, COM ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO FABRICADA EM TUBO DE AÇO REDONDO, NA COR PRETA, COM NO MÍNIMO 22 MM DE DIÂMETRO E 1,50 MM DE ESPESSURA DE PAREDE. DIMENSÕES: A 470 X L 430 MM. A FIXAÇÃO DO ENCOSTO NA	28	GV3/ CF-10	R\$ 295,00	R\$ 8.260,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	ESTRUTURA É FEITA COM PARAFUSOS. ASSENTO FABRICADO EM COMPENSADO COM 13 MM DE ESPESSURA. ESPUMA INJETADA ISENTA DE CFC, COM DENSIDADE MÍNIMA DE 45 KG/M ³ , COM 50 MM DE ESPESSURA, REVESTIDO EM COMPOSTO VINÍLICO, NA COR PRETA. DIMENSÕES: P 430 X L 460 X A 460 MM. CONTRA CAPA DO ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO, NA COR PRETA. ESTRUTURA DO APOIA-BRAÇOS INTEGRADO A ESTRUTURA PRINCIPAL DA CADEIRA FABRICADO EM TUBO DE AÇO REDONDO COM NO MÍNIMO 25 MM DE DIÂMETRO E 2 MM DE ESPESSURA DE PAREDE.				
07	LONGARINA 03 LUGARES S/ BRAÇO – 110KG POR ASSENTO. DIMENSÕES TOTAIS, MÍNIMAS DE: A 798 X L 1524 X P 518MM. ENCOSTO INJETADO NA COR PRETA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM COR PADRONIZADA POR PIGMENTOS ESPECIAIS. POSSUI CURVATURA ANATÔMICA. SOMENTE COM OS FUROS DE AERAÇÃO EM DESENHO ELÍPTICO. SUPORTE DO ENCOSTO E ASSENTO FABRICADO EM TUBO DE AÇO OBLONGO, MEDIDAS DE 15X28 MM E 1,49 MM DE ESPESSURA. TRAVESSAS DE UNIÃO MÍNIMA DE 4,74 MM DE ESPESSURA. A UNIÃO TRAVESSA, TUBO DE SUPORTE, ENCOSTO E ASSENTO É POR SOLDA. PONTEIRAS ACABAMENTOS EM POLIPROPILENO NA COR PRETA. FIXAÇÃO ENCOSTO NO TUBO DE SUPORTE DO ENCOSTO POR SISTEMA DE ENCAIXE E FIXADO POR PINO INJETADO. SUPORTE DO ENCOSTO E ASSENTO COM ACABAMENTO NA COR PRETA. DIMENSÕES P 260 X L 456 MM. ASSENTO INJETADO NA COR PRETA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM COR PADRONIZADA POR PIGMENTOS ESPECIAIS. POSSUI CURVATURA. NERVURAS NA PARTE INFERIOR E FUROS DE AERAÇÃO EM DESENHO ELÍPTICO.	14	GV3/ LG-08/03	R\$ 280,00	R\$ 3.920,00
08	LONGARINA 3 LUGARES COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DE ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE LARGURA ASSENTO: 43 CM PROFUNDIDADE ASSENTO: 39 CM ALTURA TOTAL: 83 CM LARGURA TOTAL: 155 CM PROFUNDIDADE: 55 CM ESTRUTURA AÇO CARBONO COLUMNA DUPLA 50 X 30 MM PINTURA	9	GV3/ LG01/03	R\$ 360,00	R\$ 3.240,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	ELETRÓSTATICA A PÓ PESO APROXIMADO: 18 KG PESO RECOMENDADO: 120 KG POR ASSENTO.				
10	MESA REDONDA, TAMPO Ø 1200MM - ALTURA 720MM. DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: LARGURA TOTAL DA MESA: 1200MM X PROFUNDIDADE TOTAL DA MESA: 1200 MM X ALTURA TOTAL DA MESA: 720 MM, LARGURA DA BASE REDONDA DA MESA: 650 MM. TAMPO FABRICADO EM CHAPA DE MDF DE 18 MM DE ESPESSURA, COM SUPERFÍCIE EM MELAMÍNICO E FITA DE BORDA PARA ACABAMENTO LATERAL. EXTRUTURA BASE DE FIXAÇÃO DO TAMPO FABRICADA COM TUBOS DE AÇO RETANGULAR DE NO MÍNIMO 19X29 MM E 1,48 MM DE ESPESSURA. ESTRUTURA CENTRAL CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO COM NO MÍNIMO 75,20 MM DE DIÂMETRO E 2,22 MM DE ESPESSURA. BASE REDONDA DE SUPORTE DO PÉ DA MESA FABRICADA EM CHAPA DE AÇO ESTRUTURAL ATM A36 COM NO MÍNIMO 6,30 MM DE ESPESSURA. COR ESTRUTURA E TAMPO CINZA.	8	GV3/ AMT-09	R\$ 390,00	R\$ 3.120,00
11	MESA DE ESCRITÓRIO EM MADEIRA COM 2 GAVETAS E CHAVE. DESCR: PRODUZIDA EM MADEIRA MDP, REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, MEDIDAS MINIMAS L 1.50X A 75 E 25MM DE ESPESSURA; UMA GAVETA COM FECHADURA.	59	AMT/ 03P	R\$ 410,00	R\$ 24.190,00
13	MESA OVAL EM MADEIRA REUNIÃO ESCRITÓRIO 10 LUGARES L PAINEL EM MADEIRA OVAL 2500 X 1100 , TAMPO CONFECCIONADO EM BP 25MM COM FITA DE BORDA 2MM; SAIA EM BP DE 18MM FITA DE 1MM; PÉS EM BP 25MM FITA DE 1MM; PÉS COM NIVELADORES DE ALTURA; CALHA COM SUBIDA DE FIAÇÃO EM AÇO.	7	GV3/ AMT-08	R\$ 990,00	R\$ 6.930,00
15	ARMÁRIO ALTO 2 PORTAS C/ PRATELEIRA – MODELO EstanteDESC.: ARMÁRIO ALTO MODELO Estante COM 2 PRATELEIRAS E 2 PORTAS, CONFECCIONADO EM MDP 40 MM, ENCABEÇADO LATERAIS E PORTAS EM MDP 15 MM, FUNDO MDF 3 MM (CINZA), PÉS NIVELADORES, CHAVE, MEDIDAS:(LXPXA) 0,80 X 0,40 X 1,60 M.	21	GV3/ AMT-15	R\$ 505,00	R\$ 10.605,00
16	ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO MULTIUSO ABERTO ALTO COM CHAVE TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MÉDIA DENSIDADE, 40MM DE ESPESSURA, REVESTIDO EM AMBAS AS FACES COM FILME TERMO Prensado MELAMÍNICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,2MM (BP).	15	GV3/ AMT-14	R\$ 505,00	R\$ 7.575,00

17	GAVETEIRO 3 GAVETAS COM RODÍZIOS E CHAVE TAMANHO MÍNIMO: ALTURA 69CM, LARGURA 36CM, PROFUNDIDADE 36CM, ACABAMENTO PINTURA UV, ESCALA DE BRILHO SEMI-FOSCO, MATERIAL DOS PÉS POLIPROPILENO, ACABAMENTO DOS PÉS PINTURA, MATERIAL DA GAVETA MDP, MATERIAL PRINCIPAL MDP, ACABAMENTO GAVETA UV, TIPO DE PUXADOR GAVETA EXTERNO, ESCALA DE BRILHO DA GAVETA SEMI-FOSCO, TIPO DE CORREDIÇA DA GAVETA METÁLICA SIMPLES, MATERIAL DO PUXADOR PLÁSTICO.	10	GV3/ AMT-19	R\$ 305,00	R\$ 3.050,00
----	--	----	----------------	-------------------	---------------------

2.2. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementando a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos, ressaltando que o órgão gestor solicitará os itens de acordo com a necessidade não sendo obrigado a solicitar todos os itens ou os mesmos em sua totalidade:

2.3. Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.

2.4. Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s).

2.5. Edital nº 018/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 018/2025.

3. CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

3.1. Também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inc. VII, e § 5º, inc. VI, da Lei 14.133/2021.

3.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

3.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

3.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção

do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

3.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

4. VIGÊNCIA DA ARP

4.1. A presente ARP tem vigência de 12 MESES, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado por até 12 MESES, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

4.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

4.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

4.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

4.5. Durante a vigência desta ARP, fica **impedido o Município a participar de outras atas com o mesmo objeto**, salvo em casos de encerramento da presente ou de encerramento do saldo máximo dos itens.

4.6. A prorrogação da presente ARP poderá ensejar em renovação do saldo inicial, até o limite máximo do quantitativo inicial registrado, nos termos do Art. 13 do Decreto Municipal nº 453/2023.

5. CONTRATAÇÕES FUTURAS

5.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.

5.2. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

5.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação nº 018/2025 e seus anexos.

6. VÍNCULOS DA ARP

6.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no item 9 do Termo de Referência anexo.

6.3. O Licitante está vinculado a fornecer as quantidades especificadas no Termo de Referência, não sendo possível ofertar quantidades menores do que as previstas em Termo de Referência anexo ao presente processo.

6.4. É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

7. ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE

7.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:

7.2. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.

7.3. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.

7.4. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.

7.5. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o protocolo via site da prefeitura, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.6. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados no item 6.4 desta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

7.7. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros fixados na jurisprudência do TCU:

7.8. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 50% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

7.9. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.10. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80 mil, conforme jurisprudência do TCU.

7.11. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS/LOTE, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

7.12. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

7.13. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e, Apenas durante a vigência da presente ARP.

7.14. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS corridos, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

7.15. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

8. ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP

8.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela

decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

8.2. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

8.3. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

8.4. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

8.5. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

8.6. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente;

8.7. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;

8.8. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente;

8.9. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

8.10. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

8.11. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

8.12. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

9. ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE

9.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

9.1.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;

9.1.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;

9.1.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;

9.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

10. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

- a) Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação;
- b) Indicar, no prazo máximo de 05 dias corridos, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
- c) Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
- d) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
- f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias corridos,

- documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- g) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
 - h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
 - i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
 - j) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

11. PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

11.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no DOM.

11.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://www.santaleopoldina.es.gov.br>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

12. ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do IPCA ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.

12.2. Não haverá previsão de preços diferentes conforme alíneas do Inc. III do Art. 82 da Lei 14.133/21 por estarem as distâncias especificadas em edital e Termo de Referências previamente projetadas, bem como a forma e local de acondicionamento e a não possibilidade de alteração do lote na presente ata.

12.3. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO/LOTE do objeto registrado.

12.4. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

12.5. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o

respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

12.6. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.

12.7. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 20 desta ARP.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP

13.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no item 9 do Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

13.2. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.

13.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

14. CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ARP

14.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

14.2. Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 22 desta ARP, Lei 14.133/2021 e no Decreto nº 7.892/2013, e alterações posteriores.

14.3. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

14.4. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

14.5. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

14.6. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

14.7. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

14.8. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

14.9. Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

14.10. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

14.11. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

14.12. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

14.13. O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista no item 24.2 desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

14.14. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

14.15. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto nº. 7.892/2013 e o regulamento interno do Sistema de Registro de Preços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

15.2. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente a Secretaria Municipal de Administração.

Santa Leopoldina/ES, 19 de dezembro de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA

Prefeito Municipal
Orgao Gerenciador

**DEMERCIAL GALIMBERTI
AÇOFLEX MÓVEIS DE AÇO LTDA**